

O CAIS DA ESCRITA NO NOVO MUNDO: POR UMA POÉTICA DA EXPERIÊNCIA SENSÍVEL

André Rocha L. Haudenschild¹

RESUMO: O presente artigo pretende discorrer sobre o olhar dos primeiros nautas portugueses no Novo Mundo, partindo do princípio de que a escrita-viagem desses cronistas pode ser entendida como uma experiência formativa do sujeito literário (LARROSA, 2006). Portanto, ao entendermos a experiência literária como uma travessia que se dá no sujeito que se arrisca pelas malhas permeáveis da escrita, iremos problematizar a relação do sujeito literário com a formação de sua pátria (LOURENÇO, 2000) e, assim, almejar uma poética da experiência sensível (MERLEAU-PONTY, 2004).

PALAVRAS-CHAVE: literatura quinhentista; escrita-viagem; experiência

ABSTRACT: This article aims to discuss the vision of the first Portuguese sailors in the New World, on the assumption that the travel-writing of these writers can be understood as a formative experience of the literary subject (LARROSA, 2006). So by understanding the literary experience as a quest that takes place in the subject that risks in the permeable mesh of writing, we will discuss the relation of literary subject with the formation of his country (LOURENÇO, 2000) and thus aim a poetics of sensitive experience (MERLEAU-PONTY, 2004).

KEYWORDS: sixteenth-century literature; journey writing; experience.

“O nosso mundo, na aurora de um novo milênio, segundo o calendário crístico, parece-se com um dos grandes aeroportos onde a humanidade se cruza sem se ver.”
(Eduardo Lourenço, em *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*)

Um certo realismo desencantado

¹ André Rocha L. Haudenschild é músico e compositor popular. Atualmente realiza mestrado em Teoria Literária pela UFSC/Universidade Federal de Santa Catarina, exercendo pesquisa orientada sobre a obra de Antonio Carlos Jobim.

O primeiro capítulo do clássico histórico-literário *Visão do Paraíso* de Sérgio Buarque de Holanda, lançado em 1959, intitula-se oportunamente “Experiência e fantasia”. Nele, o autor irá inaugurar sua singradura discursiva na proa das seguintes palavras:

O gosto da maravilha e do mistério, quase inseparável da literatura de viagens na era dos grandes descobrimentos marítimos, ocupa espaço singularmente reduzido nos escritos quinhentistas dos portugueses sobre o Novo Mundo. Ou porque a longa prática das navegações do Mar oceano e o assíduo trato das terras e gentes estranhas já tivessem amortecido neles a sensibilidade para o exótico, ou porque o fascínio do Oriente ainda absorvesse em demasia os seus cuidados (...). E o próprio sonho de riquezas fabulosas, que no resto do hemisfério há de guiar tantas vezes os passos do conquistador europeu, é em seu caso constantemente cerceado por uma noção mais nítida, porventura, das limitações humanas e terrenas. (HOLANDA, 1992, p. 01).

Deste modo, seremos convidados a conhecer as diversas hipóteses sobre os motivos que levaram os nautas portugueses do Renascimento a terem uma visão “mais nítida” do que os espanhóis em suas representações literárias do Novo Mundo, sejam nas crônicas de viagem ou nos tratados descritivos da paisagem ameríndia. Seria essa talvez a principal diferença entre o espiritualismo desmesurado de Dom Quixote e pragmatismo comedido de Sancho Pança?

Se nossos antepassados lusitanos eram “homens em que a tradição costumava primar sobre a invenção e a credulidade sobre a imaginativa” (HOLANDA, 1992, p. 01), movidos mais pela experiência concreta do que pela fantasia, este fato deveria estar associado a uma arraigada tradição lusitana ao aristotelismo e à escolástica medieval - vide a reverberação das doutrinas do papa português Pedro Hispano² (citado por Dante na *Divina Comédia, Paraíso*, canto 12, versos 134 e 135) -, cujas especulações sobre a natureza eram pautadas por um realismo imediato. Quiçá os primórdios de um longo empirismo iluminista dos vindouros viajantes naturalistas, em total descompasso com o pensamento e a retórica humanista do Renascimento, conforme o historiador paulista ainda nos explica:

² Pedro Hispano (1210-1277). Filósofo escolástico nascido em Lisboa, seu nome originário é Pedro Julião, passando a ser conhecido posteriormente por Pedro Hispano Portucalense. Como clérigo exerceu a função de deão em Lisboa., arcebispo de Braga, cardeal bispo de Túsculo, na Itália, e em 1276, foi eleito Papa João XXI. Alinhava-se com o pensamento aristotélico, tornando-se, contudo, um notável didata da Lógica. In: *Escolástica do apogeu*. Cap. VIII. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~simposio/novo/2216y271.htm>> Acesso em 10/07/2009.

Nada fará melhor compreender tais homens, atentos, em regra geral, ao pormenor e ao episódico, avessos, quase sempre, a induções audaciosas e delirantes imaginações, do que lembrar, em contraste com o idealismo, com a fantasia e ainda com o senso de unidade dos renascentistas, o pedestre ‘realismo’ e o particularismo próprios da arte medieval (...). Arte em que até as figuras de anjos parecem renunciar ao vôo, contentando-se com gestos mais plausíveis e tímidos (o caminhar, por exemplo, sobre pequenas nuvens que lhes serviriam de sustentáculo, como se fossem formas corpóreas), e onde o milagroso se exprime através de recursos mais convincentes que as auréolas e nimbos, tão familiares aos pintores da época. (HOLANDA, 1997, pp. 01-02).

E é assim que caminhavam nossos primeiros cronistas: como anjos sustentados pela presença das nuvens, eles precisam pisar em terra firme para começar a entender a nova realidade que os rodeava. Renunciavam ao vôo da imaginação para superar a qualquer preço o espetáculo do sobrenatural daquilo que viam e ouviam, pois, não tinham uma explicação imediata para tudo aquilo que entrava pelos olhos e ouvidos. Assim, iam desvendando o Novo Mundo como se o viver cotidiano nem os deixasse oprimidos, nem os desatasse dos cuidados terrenos, onde “o freio que parecia moderar sua fantasia é uma esperança contente e sossegada” (HOLANDA, 1997, p. 05).

Ao comentar sobre os testemunhos históricos de Pero Vaz de Caminha, Pero de Magalhães Gandavo e Frei Vicente do Salvador, o historiador realiza uma pergunta-chave: “Não está um pouco neste caso o realismo comumente desencantado, voltado sobretudo para o particular e o concreto, que vemos predominar em nossos velhos cronistas portugueses?” (HOLANDA, 1997, p. 05). A resposta a esse olhar desencantado estaria em uma certa curiosidade moderada, sujeita ao utilitarismo pragmático capaz de ditar as descrições e as reflexões destes cronistas. Ou seja,

(...) muito mais do que as especulações ou os desvarios sonhos, é a experiência imediata o que tende a reger a noção do mundo desses escritores e marinheiros, e é quase como se as coisas só existissem verdadeiramente a partir dela (HOLANDA, 1997, p. 05).

A experiência madre

Conforme podemos vislumbrar com Sérgio Buarque de Holanda, será em virtude da experiência, “que é madre das coisas, nos desengana e de toda dúvida nos tira...”³ (Duarte *apud* HOLANDA, 1997, p. 05), que irão se pautar os primeiros relatos portugueses do Novo Mundo, ao contrário do que aconteceu com o navegante Cristóvão Colombo, ao julgar ter descoberto o Paraíso Terreal quando chegou à Ilha de Guanahani (nas Antilhas), e em cuja imaginação fantasiosa ecoavam diversos tópicos da visão do Paraíso (via as tradições escolásticas de Lactânio e Santo Isidoro de Sevilha).

Não que nossos navegantes rejeitassem terminantemente “o maravilhoso, e admitiam-no até de bom grado, mas só enquanto se achassem além da órbita de seu saber empírico” (HOLANDA, 1997, p. 05), como era o caso de certos topônimos imaginários nas cartas náuticas portuguesas que com o passar do tempo, e da própria “experiência imediata”, iam sendo suprimidos ou corrigidos.

A atmosfera do fantástico em que se envolveram nossos primeiros nautas no Novo Mundo parece que se desfez à medida que foram desvendando as névoas úmidas das florestas equatoriais, conforme aponta a evolução dos topônimos seminais de nossa nação: a *Ilha de Vera Cruz* (pois haveria realmente uma cruz erguida nas areias da praia, entre os atuais municípios baianos de *Porto Seguro* e *Santa Cruz de Cabralia*, palco mítico da primeira missa no *Brasil* em 1500)⁴, que mais tarde seria chamada como *Terra do Pau-Brasil*, e onde a sede da experiência exploratória iria descobrir rapidamente o valor comercial do pau-de-tinta nativo.

Interessante também notarmos o primeiro topônimo topográfico do descobrimento, o *Monte Pascoal*: a experiência temporal batizando a chegada lusa sob as bênçãos jesuíticas da Páscoa em total sintonia com as descrições da paisagem natural do Medievo, pautadas, sobretudo, por uma visão divinizada da natureza. Como pregava a filosofia de Santo Agostinho: “As alegrias da visão, da audição, do olfato, do tato nos abrem para a beleza do mundo, para que nela descubramos o reflexo de Deus” (SANTO AGOSTINHO *apud* ECO, 1989, p. 61).

Ao ouvirmos as vozes de nossos primeiros cronistas, percebemos o eco de um olhar quase maravilhado pela paisagem tropical, mas

³ Citação sobre “a experiência” de Pacheco Pereira Duarte, cosmógrafo do séc. XVI, em *Esmeraldo de Situ Orbis*: valiosa obra sobre atividade naval portuguesa com informações de natureza náutica, geográfica e “antropológica”, escrita entre 1505 e 1508 a pedido do rei D.Manuel I.

⁴ A celebração da primeira missa no Brasil foi feita pelo frade Henrique de Coimbra no dia 26 de abril de 1500, e descrita por Pêro Vaz de Caminha na célebre carta que enviou ao rei D. Manuel I. O momento encontra-se retratado no quadro *A primeira missa no Brasil*, uma das principais obras de Victor Meireles, pintado em 1860. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/A_primeira_missa_no_Brasil> Acesso em 10/07/09.

(...) é quando muito à guisa de metáfora, que o enlevo ante a vegetação sempre verde, o colorido, a variedade e estranheza da fauna, a bondade dos ares, a simplicidade e a inocência das gentes (...), pode sugerir-lhes a imagem do Paraíso Terrestre (HOLANDA, 1997, p. 07).

Como, outrora, a observação da costa ocidental africana pelo navegante veneziano Cadamosto, em 1435, a serviço do Infante D. Henrique, houvera provocado alusões sobre a foz do rio Senegal como sendo um dos ramos do mítico Gion, um dos rios que nascem no Éden. Ora, pois teriam nossos nautas sobrevividos “à guisa” de suas “metáforas”? Teriam conseguido expurgar os monstros e os demônios que através de milênios haviam povoado o imaginário destas terras incógnitas? Teriam conseguido inventar outros mundos ou talvez um outro país em nome da experiência madre das coisas e da visão “filtrada pelas malhas de um comedido bom senso” (HOLANDA, 1997, p. 11)? Para tanto, seria proveitoso olharmos para a etimologia da palavra experiência:

(...) A palavra experiência vem do latim *experiri*, provar (experimentar). A experiência é em primeiro lugar um encontro ou uma relação com algo que se experimenta, que se prova. O radical é *periri*, que se encontra também em *periculum*, perigo. A raiz indo-européia é *per*, com a qual se relaciona antes de tudo a idéia de travessia, e secundariamente a idéia de prova. Em grego há numerosos derivados dessa raiz que marcam a travessia, o percorrido, a passagem: *peirô*, atravessar; *pera*, mais além; *peraô*, passar através, *perainô*, ir até o fim; *peras*, limite. Em nossas línguas há uma bela palavra que tem esse *per* grego de travessia: a palavra *peiratês*, pirata. O sujeito da experiência tem algo desse ser fascinante que se expõe atravessando um espaço indeterminado e perigoso, pondo-se nele à prova e buscando nele sua oportunidade, sua ocasião. A palavra experiência tem o *ex* de exterior, de estrangeiro, de exílio, de estranho e também o *ex* de existência. (...) Em alemão, experiência é *Erfahrung*, que contém o *fahren* de viajar. E do antigo alto-alemão *fara* também deriva *Gefahr*, perigo, e *gefährden*, pôr em perigo. Tanto nas línguas germânicas como nas latinas, a palavra experiência contém inseparavelmente a dimensão de travessia e perigo. (LARROSA, 2002, p. 20).

Ao entendermos a experiência como a travessia, ou ainda, o percurso que se dá dentro e fora do sujeito que se arrisca heroicamente neste mundo, podemos então pensá-la como “a passagem da existência”: a passagem de um ser que não precisa de uma essência ou de um fundamento, mas que simplesmente existe de uma forma singular e imanente. E nesse sentido, nossos primeiros cronistas tinham como missão quase

impossível fundear suas naus no cais da escrita através da jaula flexível da cultura medieval (GUINSBURG, 1987, p. 27) e da aprendizagem vivencial da paisagem tropical, pois “os olhos que enxergam e as mãos que tateiam, hão de mostrar-lhes constantemente a primeira e a última palavra do saber” (HOLANDA, 1997, p. 11).

Assim, iam se tornando sujeitos da experiência passíveis de transformações cognitivas conforme iam tateando a nova paisagem selvagem.

O cais da escrita

“Todos os povos que têm uma história possuem um paraíso, um estado de inocência, uma época de ouro; todo homem isolado também possui seu paraíso, sua época de ouro, da qual se lembra com maior ou menor entusiasmo, conforme sua natureza seja mais ou menos poética” (SCHILLER, 1991, p. 84).

Partindo do princípio de que a viagem desses cronistas era uma experiência formativa de produção de escrita, cuja

(...) viagem exterior se enlaça com a viagem interior, e com a própria formação da consciência, da sensibilidade e do caráter do viajante. A experiência formativa, em suma, está pensada a partir das formas da sensibilidade e construída como uma experiência estética (LARROSA, 2006, p. 65).

Podemos então pensar que nossos primeiros cronistas passaram pela necessidade estética de se inserirem nessa articulação narrativa da escrita, na falsa tentativa de se libertarem daquilo que Eduardo Lourenço chama de “destino pátrio”:

Em toda nossa literatura anterior – mesmo naquela que sob inspiração humanista tematiza o *destino pátrio*, como é o caso ímpar de *Os Lusíadas* – a determinação literária procede de um horizonte intelectual, abstrato ou humanisticamente “universal”. O interlocutor ideal dos autores é a cristandade em geral, a sociedade universalmente concebida... (...) Na realidade, a altissonante e “universal” pátria camoniana não é ainda um indivíduo político-social, como ele, poeta, de algum modo já o é, mas o suporte de “um império e uma fé” cuja irradiação reverte a favor de um rei (único soberano ou soberano único), o qual por sua vez se encontra fora da história, em sentido moderno, como encarnação que é do princípio monárquico, princípio de continuidade, anti-romântico, anti-trágico por excelência. (LOURENÇO, 2000, p. 82).

Essa reflexão literária é pertinente para pensarmos na função estética desses cronistas, como porta-vozes de “um império e uma fé” que se lançaram no Novo Mundo com a dupla missão de pintar a paisagem com as lentes de um “horizonte humanisticamente universal”, na aurora do Renascimento, embora tivessem as mãos e os pés ainda ancorados pelas amarras escolásticas do mundo medieval.

Somente através da experiência formativa dos séculos seguintes é que seus herdeiros literários (nossos primeiros poetas e romancistas brasílicos) iriam desvendar com outros olhos a paisagem humana e natural desta nova nação: nossa dura caminhada de formação literária nacional. Como bem sintetiza a reflexão do mestre lusitano:

(...) E como o laço próprio que une o escritor, enquanto tal, a sua pátria é a escrita, a problematização dessas relações é antes de tudo problematização da escrita, nova ou inovadora maneira de falar à Pátria escrevendo-a em termos específicos...” (LOURENÇO, 2000, p. 81).

Seja no Novo Mundo gentílico de Anchieta ou no velho Portugal de Saramago, cronistas, romancistas e poetas desejaram sempre se aventurar pelo cais da escrita: lugar do encontro e da partida entre os seres, a vida e o mundo, assim como, o lugar da etopoiética onde se dá a função estética e política de criação de si (FOUCAULT, 1992, p. 134). Eis o milagre dialético de nossa escrita-viagem: a aprendizagem da errância literária pelos mares ignótos da experiência que nos atravessa de dentro pra fora e de fora pra dentro.

A escrita seria então a transfiguração material de nossa experiência, interna e externa, de mundo? Ora, somos feitos de infinitas e polifônicas experiências possíveis: experiências emocionais, psíquicas, estéticas, místicas, filosóficas, morais, artísticas e fenomenológicas. O pensador Merleau-Ponty, ao criticar o império da ciência na natureza humana, em *O olho e o espírito*, afirma que só “a experiência sensível, fundamento de direito para as construções do conhecimento” pode revelar a cegueira da nossa consciência (MERLEAU-PONTY *apud* NOVAES, 1988, p. 13), como também dizia o poeta andarilho Alberto Caeiro: “*E os meus pensamentos são todas sensações...*” (terceiro verso do poema IX de *O guardador de rebanhos*, de Fernando Pessoa).

Em plena aurora da Idade Mídia, devemos atentar para os continentes desconhecidos de nossa experiência sensível, pois

O sensível – diz Merleau-Ponty – não é feito somente de coisas. É feito também de tudo o que nelas se desenha, mesmo no oco dos intervalos, tudo o que nelas deixa vestígio, tudo o que nelas figura, mesmo a título de distância e como certa ausência: o que pode ser aprendido pela experiência no sentido originário do termo, o ser de que se tem experiência. (NOVAES, 1988, p. 14).

Ou seja, estamos cada vez mais imantados de objetos reais e virtuais ao redor de nossos corpos - sujeitos da experiência - e corremos o risco de naufragar sem termos alcançado as margens da verdadeira experiência sensível como fonte essencial de nossa literatura.

Assim como nossos primeiros cronistas, precisamos tanger o maravilhoso da paisagem tropical com as mãos molhadas pela experiência maternal das coisas, mas não com a iluminada experiência empírica ou a experiência estética da pós-modernidade, e sim com a carnadura concreta da própria experiência sensível, pois é sempre a partir e através dela que ainda podemos admitir que:

A fruição da natureza não é obra do acaso... é tão inevitável quanto a vida... é exata e perpendicular quanto à gravitação. Da visão procede outra visão e da audição procede outra audição e da voz procede outra voz eternamente curiosa sobre a harmonia entre as coisas e os homens... (WHITMAN, 2005, p. 21).

Desde Camões, Rilke, Valéry, Pessoa, Oswald de Andrade e Drummond, toda poesia implica uma experiência sensível expressa na busca determinada por sua própria indeterminação, uma busca que passa pela totalidade da vida. Eis nosso desafio homérico: como um novo Ulisses, atravessar as torrentes do infomar midiático, sobreviver ao desterro solitário das ilhas virtuais, vencer os modelos totalizantes da nova globalização e regressar ao cais da escrita sem ter perdido a sensibilidade jamais. E quem sabe, um presságio benjaminiano possa nos ajudar a não perdermos o caminho da experiência sensível que ainda nos atravessa.

Uma nova forma de miséria surgiu com esse monstruoso desenvolvimento da técnica, sobrepondo-se ao homem. (...) É preferível confessar que essa pobreza de experiência não é mais privada, mas de toda a humanidade, uma nova barbárie universal. Pois qual o valor de todo nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós? (BENJAMIN, 1985, p. 115).

BIBLIOGRAFIA:

BENJAMIN, Walter. “Experiência e pobreza”. In: *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DUARTE, Pacheco Pereira. “Notas sobre o *Esmeraldo de Situ Orbis*”. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Esmeraldo_de_Situ_Orbis> Acesso em 10/07/2009.

ECO, Humberto. *Arte e beleza na estética medieval*. Rio de Janeiro: Globo, 1989.

FOUCAULT, Michel. “A escrita de si”. In: *O que é um autor?* Lisboa: Passagens, 1992.

GUINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso*. 5ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

LARROSA, Jorge. “Notas sobre a experiência e o saber de experiência”. In: *Revista Brasileira de Educação*. No. 19, 2002. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE19/RBDE19_04_JORGE_LARROSA_BONDISIA.pdf> Acesso em 15/07/2009.

_____. *Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

LOURENÇO, Eduardo. *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*. Lisboa: Gradiva, 1999.

_____. “Da literatura como interpretação de Portugal”. In: *O labirinto da saudade*. Lisboa: Gradiva, 2000.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *O olho e o espírito*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

NOVAES, Adauto. “De olhos vendados”. In: Novaes, A. (org.) *O olhar*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

SCHILLER, Friedrich. *Poesia ingênua e sentimental*. Estudo e tradução de Márcio Suzuki. São Paulo: Iluminuras, 1991.

WHITMANN, Walt. *Folhas da relva*. São Paulo: Iluminuras, 2005.